

Varejo Tributação

Shein e Aliexpress na mira do governo

— Enquanto Lula critica falta de taxaço, deputado vê ‘concorrência desleal’ e afirma que Congresso quer tratamento igual para empresas nacionais e plataformas chinesas

ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

Na véspera de viagem à China, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Congresso manifestaram preocupações com o crescimento das vendas online de produtos chineses no País, por empresas como Shein e Aliexpress, alegando que essas plataformas não pagam os devidos impostos. Lula deve embarcar amanhã para Pequim acompanhado de mais de 200 empresários.

O presidente da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo (FPE), que reúne 230 parlamentares, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), diz que o comércio nacional tem sido prejudicado. “É uma concorrência desleal”, afirmou ao **Estadão**. Segundo Bertaiolli, o Brasil já recebe cerca de 500 mil pacotes diários da China. “Vamos pedir para as empresas brasileiras terem a mesma competitividade.”

Na terça-feira, o próprio presidente criticou a compra de produtos sem o pagamento do imposto de importação. “Está crescendo a importação de produtos que não pagam nenhum imposto nesse País”, disse Lula, em entrevista ao portal 247. “Eu quero uma relação extraordinária com os chineses, a melhor possível, mas não podemos aceitar que as pessoas fiquem vendendo para cá sem pagar imposto.”

Segundo apurou o **Estadão**, o tema deve ser contemplado na reforma tributária em discussão no Congresso. O Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que poderá ser criado para fundir os tributos atuais, deve estabelecer uma tributação equivalente para produtos nacionais e importados. Assim, e-commerces estrangeiros teriam de se registrar e recolher o IVA.

A reforma, porém, prevê uma transição gradual e longa — que pode levar até 2031. Por isso, empresas do varejo nacional têm cobrado uma solução mais rápida. ■

HABDA SOBRE PRESSÕES NAS REDES
PARA NÃO TAXAR PLATAFORMAS. PÁG. B2

Varejo Tributação

Haddad sofre pressões nas redes sociais para não taxar plataformas

Em sentido contrário, entidades do varejo nacional pedem ao governo e ao Congresso aplicação do imposto de importação

ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem sendo pressionado nas redes sociais a não taxar compras em sites e aplicativos, sobretudo na Shein. “Vocês não estão nem deitados de mecer com as taxas da Shein”, comentou uma usuária na página de comentários do Instagram. “Diminua os tributos das lojas brasileiras que não podem consumir os produtos daqui”, escreveu outra pessoa, pedindo comprar em sites, “de outro comércio”. “Cada vez que eu vou ao mercado da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo (FPE) — que conta com 230 parlamentares —, como Haddad não me dá uma resposta, não vou mais lá”, escreveu outra pessoa. “O ministro Haddad não quer que o comércio nacional seja prejudicado”, afirmou o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), presidente da Frente. Entidades do varejo nacional, como a Associação Brasileira de Varejo Têxtil (Abv-

tecs), vêm pressionando o governo e o Congresso para que esse tipo de compra seja tributada com o imposto de importação e que estaria sujeita pela lei (leia mais ao lado).

Segundo essas entidades, uma das formas de as plataformas de comércio eletrônico enviar os produtos como se o remetente fosse uma pessoa física, por causa da isenção do imposto de importação para compras internacionais de até US\$ 50 entre pessoas físicas. As empresas também alegam que os e-commerces dividem um pedido de um mesmo consumidor em vários pacotes menores. “O comércio digital não tem de uma grande novidade para o mundo inteiro e todos os países estão lidando com essa novidade. O Brasil não é diferente, e os nossos maiores mercados e consumidores do mundo”, disse Bertaiolli, “como tratar isso? É uma decisão do Poder Executivo, da Receita Federal. Se não não estivermos acordos a isso, não não vamos promover essa inovação com as empresas nacionais”, afirmou.

OUTRO LADO. Em nota, a Shein afirmou que cumpre as leis e regulamentos locais do Brasil, mas não comenta a cobrança de imposto dos seus clientes. A empresa afirma que vende para o País desde 2020, “utilizando parceiros logísticos locais”. Disse ainda que tem estabelecido parcerias com diversos fornecedores locais no mercado brasileiro. “A Shein é criada em Singapura”, afirmou, “também em nota, que atua no Brasil desde 2021 como uma empresa local, com CNPJ e sede em São Paulo, e que mais de 80% dos pedidos são de vendas locais”. Disse ainda que não em cada dois dias, vendas locais representam mais de 80% do volume de pedidos brasileiro cotizados na plataforma. “A Shein opera desde 2020 e tem uma variedade de itens em destaque desde 2021”, afirmou em nota que tem como prioridade cumprir o regulamento dos países onde atua e quer participar ativamente do desenvolvimento do ecossistema digital local. ■

Cliente é surpreendido por imposto mais caro do que a mercadoria

BRASÍLIA

Em meio a críticas do governo e do Congresso de que plataformas como o e-commerce chinês Shein não dividido, os registros de tributação no País, usuários reclamam que, quando a compra é de fato feita, o valor do imposto pode sair muito caro — que a própria mercadoria.

Em compras por pessoas físicas de até US\$ 500, a alíquota do imposto de importação é de 60% sobre o chamado valor aduaneiro, que inclui o valor da compra e de frete e seguro, se houver. Em compras entre US\$ 500 e US\$ 1 mil, valor limite de importação para pessoa física, incluem também outras taxas.

Em entrevista ao **Estadão**, um consumidor que não quis ser identificado conta que fez uma compra na Shein no valor de R\$ 187,22 e foi tributado em R\$ 242,00. Segundo ele, ele precisa pagar esse valor antes de receber a mercadoria, para a Receita Federal, para não entrar poder no País. “Eu não sabia que o imposto era por esse valor”, afirmou. “Eu não sabia que o valor da mercadoria, que equivale a 60% do valor de R\$ 187,22 dos produtos e R\$ 187,22 de frete. Ou seja, o valor do imposto saiu mais caro do que o valor da mercadoria. A loja relatou a cobrança a Shein, a empresa deu a ele duas opções: receber um reembolso de 60% do valor do imposto pago (R\$ 110,94)

após retirar o produto ou receber o pacote e receber o reembolso do Valor da compra (R\$ 187,22).”

Na resposta ao consumidor, a Shein diz que “normalmente seus clientes não estão cobrados dos impostos com o Correio Normal”, mas que ele poderia ter de pagar os tributos “devido à inspeção aduaneira cada vez mais rigorosa”.

Questionada pelo **Estadão** sobre essas declarações — uma vez que está sujeita ao imposto de importação — e sobre a política de reembolso parcial em casos de taxaço, a Shein não se manifestou.

Regras
A briga dos varejistas nacionais com os e-commerces estrangeiros não é nova, mas ganhou força com o esplendor de vendas da Shein. A gigante chinesa de “fast fashion”, que vende roupas e acessórios a preços baixos, viu sua popularidade disparar no País em a pandemia, que potencializou as compras online.

Em novembro do ano passado, a empresa abriu uma loja física “Pop-Up” (temporária) em São Paulo. A inauguração foi marcada por conflitos gigantescos que se formaram. Neste ano, a varejista pretende inaugurar cinco lojas nesse formato no País. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1 e 2